



PROJETO DE LEI Nº 8086, DE 2011
(Do Sr. Robson Tuma)

Acrescenta o inciso XII ao artigo 48, da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que "Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico", com o objetivo de estabelecer prioridade nas políticas e ações públicas habitacionais da União ao cidadão que perdeu o seu imóvel residencial em virtude de enchentes e alagamentos urbanos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O artigo 48, da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, passa a vigorar acrescido do XII, com a seguinte redação:

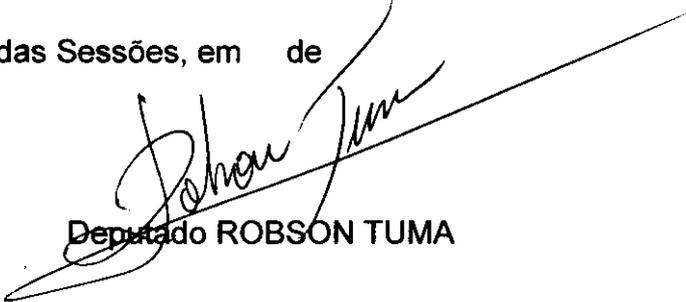
Art. 48. A União, no estabelecimento de sua política de saneamento básico, observará as seguintes diretrizes:

.....
XII – o cidadão que perdeu sua casa residencial em razão de enchente, alagamento, transbordamento ou qualquer evento natural urbano do gênero, terá prioridade nas políticas e ações públicas habitacionais da União.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Sala das Sessões, em de

de 2011.


Deputado ROBSON TUMA

JUSTIFICAÇÃO





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Todos os anos, principalmente na estação das chuvas, somos surpreendidos pelo noticiário de tragédias urbanas ocorridas nas principais cidades brasileiras motivadas por enchentes, alagamentos, transbordamentos de córregos, rios e outros cursos de água que atingem as regiões periféricas de nossos centros urbanos.

O Jornal "O Estado de São Paulo" noticiou que o Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) da Prefeitura de São Paulo, em 12 (doze) dias, registrou 196 (cento e noventa e seis) alagamentos na capital paulista.

A tragédia se repete nos Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, dentre outros Estados brasileiros.

Milhares de brasileiros humildes, moradores das regiões periféricas, consideradas áreas de risco, são atingidos diretamente pela tragédia com a perda total de seus imóveis residenciais.

Os poderes públicos municipal, estadual e federal se esquivam de suas responsabilidades na tragédia e acusam-se entre si.

A presente proposição tem o objetivo único de acrescentar ao artigo 48, da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, determinado inciso que possibilite ao cidadão que perdeu sua casa residencial em razão de enchente, alagamento, transbordamento ou qualquer evento natural urbano do gênero, ter prioridade nas políticas e ações públicas habitacionais da União.

Nesse sentido, a União poderá priorizar o atendimento das vítimas das referidas tragédias em programas habitacionais de financiamento tipo "Minha Casa, minha Vida".

Esperando merecer o acolhimento de meus eminentes pares do Senado da República e da Câmara dos Deputados é que submeto a presente proposição ao conhecimento do Congresso Nacional.